

Religião, educação e globalização: o caso norueguês

Por Berge Furre*

A maioria dos países que eu conheço tem uma forma de educação religiosa no seu sistema escolar. Trata-se de países dominados pela Igreja Católica ou pelo protestantismo (com diferentes confissões) ou que têm o Islam como religião principal e outras religiões. Mas a abertura das fronteiras, provocada pela mídia e pelas migrações de trabalho, opera importantes mudanças nas condições do ensino religioso.

O que acontece na área do ensino religioso escolar quando as condições mudam em direção à globalização? Quais desafios o sistema escolar encontra na área da religião? Quero discutir esse tema tendo por base a experiência norueguesa. Quem sabe “o caso Norueguês” ofereça um exemplo útil!

O contraste é espetacular entre os sistemas eclesiásticos Nórdicos (sistema de “Igreja Estatal” – em parte, em vias de liquidação nesses países) e a situação brasileira, com uma Igreja Católica dominante e, ao mesmo tempo, com uma pluralidade de comunidades vitais, parte delas com raízes na Europa ou EUA e também igrejas nascidas na própria terra brasileira.

Acho que tanto o Brasil quanto a Noruega, com suas estruturas diferentes, encontram condições globalizantes, cada um a seu modo:

* Historiador norueguês. Professor de História da Igreja na Faculdade de Teologia, da Universidade de Oslo – Noruega.

O velho monopólio religioso

A reforma luterana – introduzida na Noruega em 1537 - foi um resultado de guerras entre reis e poderes. Um deles venceu e instituiu a confissão luterana na Noruega. O rei ficou no lugar do Papa como o Líder Superior da Igreja. Os bispos católicos foram trocados por “superintendentes” luteranos.

A reforma, em geral, foi realizada de modo pacífico. Os pastores puderam escolher entre aceitar a confissão luterana ou emigrar. A maioria preferiu a primeira alternativa. Eles continuaram como pastores como anteriormente, cumprindo os “serviços eclesiásticos”: culto, batismo, confirmação, matrimônio e funeral.

Mas, gradualmente, a igreja tornou-se muito centralizadora. O rei em Copenhague, a capital, indicava os pastores e promulgava regras e leis muito detalhadas sobre o que os pastores podiam ou não podiam fazer. Os pastores eram funcionários públicos obedientes ao rei e prestavam juramento de obediência a ele.

Com a introdução do absolutismo através de um golpe, em 1660, e com a influência do Pietismo, o controle sobre a congregação aumentou muito mais. Participar no culto era um dever. Punição para aqueles que não iam. Comunhão – pelo menos uma vez por ano – era obrigatória. E os pastores apontavam “assessores” da congregação cuja tarefa era controlar o comportamento e a ética dos habitantes.

No ano de 1736, a confirmação obrigatória foi introduzida: o pastor tinha de “catequizar” os jovens e garantir que eles fossem “confirmados” no “pacto do batismo”. Sem a confirmação do pastor, os jovens não poderiam ter trabalho assalariado ou casar. O manual para a catequese foi a “Explicação de Erik Pontoppidan” – escrito por um bispo - com 747 perguntas e respostas que os alunos precisavam aprender.

A escola elementar foi introduzida em 1739 e era obrigatória para todas as crianças. Era uma escola para todos – ricos e pobres. Aos seis anos de idade, todas as crianças tinham que aprender a ler. O Catecismo, o livro de Pontoppidan, versículos da Bíblia e hinos eram os materiais de leitura. Aqueles que eram um pouco mais ricos aprendiam a escrever e a calcular mediante pagamento. A introdução da escola para todos foi um projeto muito grande. Faltavam edifícios e faltavam professores. Mas jovens com capacidade de escrever tinham trabalho assalariado – e a escola era “itinerante”: ia de fazenda em fazenda, naquelas que tinham uma sala do tamanho adequado para o ensino.

A princípio, a escola era uma escola de catecismo. O objetivo era que todos soubessem, pelo menos, ler e conhecer os elementos mais centrais na fé cristã.

Mas era uma escola para todos. Provavelmente esse sistema escolar foi quase sem precedentes na Europa daquela época. E, gradualmente, a escola ampliou a sua base – no ensino geral e no ensino religioso. As idéias do Iluminismo penetraram a sociedade. Mais tarde, novos livros e textos incrementaram o conteúdo do ensino.

Passo a passo, o sistema escolar foi secularizado. Novos temas foram sendo introduzidos. Os professores eram de melhor qualidade. Mas o ensino da religião se mantinha sob o controle da Igreja: o pastor controlava o ensino em geral e especialmente o ensino religioso – e ele era presidente do “comitê escolar” de cada prefeitura. O ensino religioso na escola era definido como “ensino de batismo”.

É importante observar que o sistema escolar tinha metas diferentes:

- dar conhecimento sobre a religião cristã.
- assegurar a obediência do povo ao rei – no espírito pietista.
- ensinar o trabalho e a administração do dinheiro – na época do mercantilismo.

- edificar e unir a nação.

Uma época gradualmente mais liberal

O ensino religioso na escola continuava sob o princípio de ser “ensino de batismo” do século passado. Também continuava como uma disciplina muito importante, mas outras disciplinas passaram a ocupar, gradativamente, mais espaço. E, de 1880 até algumas décadas do séc. XX, surgiram mais conflitos sobre o conteúdo escolar.

A classe média e os intelectuais estavam muito divididos entre cristãos e críticos do Cristianismo. Cada vez mais, novos professores cultivavam idéias fora do referencial cristão. Mas, oficialmente, o objetivo da escola era uma educação cristã. Cerca de 96% do povo eram membros da Igreja Luterana. Eles mandavam as crianças para a escola, geralmente, sem reservas. O ensino religioso era uma parte da escola geral. A igreja era representada no “comitê escolar” na prefeitura. O “quadro” da escola era religioso. As crianças visitavam coletivamente o templo luterano nas festas de Natal e Páscoa. O ensino ainda era de confissão luterana, como o Ensino de Batismo. Orações e hinos eram parte do dia-a-dia da escola.

Na década de 60 o sistema mudou - pelo menos a princípio. Uma reforma escolar foi introduzida. O professor deixou de ser considerado como um “catequizador” – embora o ensino religioso continuasse baseado na confissão luterana. O parágrafo principal da lei sobre o Ensino foi mudado, através de um compromisso entre os partidos: deixou de ter como alvo a educação cristã para ser uma “educação cristã e moral...”. A escola tinha que cooperar com a família no desenvolvimento religioso do aluno. Mas o ensino religioso ainda era uma disciplina importante na escola – fundamentada no luteranismo.

Questão de dispensa

Nos anos seguintes, na segunda metade do século XX esse compromisso foi rompido. Alguns pais exigiram dispensa dessa disciplina para os seus filhos. Eles não eram cristãos e não queriam que seus filhos tivessem um ensino cristão. Não foram muitos os pais que exigiram “o fim do ensino do cristianismo na escola”, mas eles eram muito visíveis.

A crise cultural do positivismo, a partir de 1880, e a nova força do movimento dos trabalhadores, de 1920 e seguinte, com líderes influenciados pelo marxismo, suscitaram muitas discussões e conflitos sobre o ensino religioso. Um grupo de ateístas e agnósticos criou, depois da II Guerra Mundial, uma “Organização para Confirmação Secular”: um curso sobre ética e interesses sociais e uma cerimônia festiva paralela à confirmação cristã. Nos anos cinquenta foi fundada a “Humanetisk Forbund” (Federação do humanismo e da ética), uma federação de pessoas críticas à Igreja. Eles queriam criar cerimônias seculares de Natal, Confirmação, casamento, enterro, etc. Agora a Humanetisk Forbund tem uma participação forte na Noruega: cerca de 17% dos jovens participam da “confirmação secular”, chamada agora de “confirmação humanista.”

Um novo passo foi dado nos anos sessenta: Foi estabelecida uma nova disciplina alternativa na escola: “Livssyn” – que significa “Conceito da vida”. Trata-se de um ensino alternativo sem religião para as crianças das famílias que não eram membros da igreja luterana. Esse ensino alternativo foi uma realidade nas grandes escolas das maiores cidades. Mas escolas com poucos alunos nesta categoria não tiveram essa possibilidade.

Uma sociedade unitária

Até cerca de quarenta anos atrás a Noruega era uma sociedade muito unitária, com história, religião, língua e cultura em comum. Uma sociedade única e étnica, apenas com exceção da minoria Sami, povo indígena do norte. Neste ponto, o Brasil é um contraste. Provavelmente a Noruega foi o país mais unitário da Europa.

Lembro-me muito bem o quanto era estranho ver uma pessoa negra na rua em minha cidade (Stavanger) durante a minha infância. Isso era suficiente para acabar com o sono!

Mas agora a sociedade norueguesa é muito diferente:

Imigrantes a trabalho: cerca de 300.000 imigrantes da primeira geração moram na Noruega agora. 64.000 são filhos de estrangeiros. 262.000 (72%) vêm de outras partes do mundo fora da Europa e EUA – de uma população total de cerca quatro milhões..

Na capital, Oslo, há cerca de 20% de imigrantes.

A mentalidade e a cultura estão mudando. Poucas pessoas saem da Noruega como emigrantes, mas a maioria do povo cruza as fronteiras quando estão de férias ou a trabalho. A mídia mostra idéias, mentalidades, modos e interesses que atravessam as fronteiras. Mas quero destacar que a Noruega é, agora, “multireligiosa”. Os imigrantes vêm de muitos países de cultura e religião muçulmana. Outros vêm para a Noruega de países com muitos católicos, como AL, Filipinas, Vietnam, etc. E vêm, também, minorias de budistas, hindus, sikhares.

Embora 85% do povo seja formalmente membro da igreja luterana, a composição do povo é diferente. Especialmente a capital tem um cunho cosmopolita. O país – anteriormente o mais unitário na Europa – tem mudado em direção a uma sociedade multicultural e multireligiosa. A capital, Oslo, tem cerca de 30 mesquitas. É

provável que mais pessoas visitem as mesquitas na sexta-feira do que cristãos as igrejas luteranas no domingo.

Os Noruegueses, em geral, não são freqüentadores assíduos da igreja aos domingos. A maioria realiza o batismo, a confirmação, etc, mas eles não costumam ir ao culto em um domingo “normal”. Cerca de 10% visita um culto religioso luterano em um mês. Em um domingo “normal” cerca de 3% das pessoas está nos bancos das igrejas.

Como o sistema escolar e as autoridades políticas tratam a questão do ensino religioso, se a sociedade muda tão rápido e se torna pluralista, pelo menos nas cidades principais?

Em parte, o ensino dessa nova disciplina “Livssyn” (sem religião) foi uma oferta para crianças de pais imigrantes. Alguns muçulmanos mandaram seus filhos para o ensino alternativo e, da mesma forma, alguns, de outras religiões fora do luteranismo, também o fizeram. Mas muitos pais muçulmanos preferiram evitar ambas as alternativas. Eles não queriam uma alternativa sem religião.

Mas, paulatinamente, essa divisão entre ensino cristão e “conceito de vida” tornou-se problemática. Muitos muçulmanos preferiam um ensino cristão em vez de um ensino sem religião ou uma religião “sem Deus, sem Alá” como eles disseram.

Um outro aspecto é que parece um pouco estranho que as turmas se dividam quando o tema é ética, solidariedade, etc.

O ministro de educação, Gudmund Hernes, um social-democrata, criou um comitê com a meta de criar uma disciplina que pudesse envolver todos os alunos. Ele queria afastar o ensino religioso tradicional – luterano – e o “conceito de vida”. Uma nova disciplina ficou no lugar do ensino tradicional da religião. A nova disciplina tornou-se “a disciplina da escola” – não a disciplina da igreja ou de outras comunidades. Ela incluiria conhecimento sobre outras religiões – como na

matemática, Estudos sociais, ciências naturais, etc. Na nova disciplina excluiu-se a “pregação”. O objetivo não era converter as pessoas, ou confirmar e/ou desenvolver a fé. O intuito era promover o conhecimento sobre diferentes religiões, uma disciplina que pudesse desenvolver uma compreensão da religião do outro e desenvolver a tolerância e solidariedade..

Dois aspectos importantes:

1. A disciplina pode trazer conhecimento sobre o cristianismo como uma parte da cultura comum a todos, também para os imigrantes, que podem aprender sobre o país que estão escolhendo para ser sua casa.
2. Filhos de pais noruegueses, através desta disciplina, obtêm conhecimento de outras religiões e assim podem compreender melhor os alunos estrangeiros na turma.

A motivação desta iniciativa foi responder a situação multicultural da Noruega. O pensamento baseou-se no entendimento de que a situação multicultural em uma era de globalização precisava ter uma resposta. O encontro religioso na rua, no trabalho, nos vizinhos tem de ter o contraponto dentro da sala de aula: a educação envolve o aprendizado e a compreensão da fé do outro, respeitar a fé do outro, com tolerância e interesse positivo. Deste modo, o objetivo era que aquela geração pudesse ser educada em compreensão mútua e solidariedade dentro de uma sociedade onde diferentes religiões se encontram em convivência pacífica.

Mas o que fazer com os elementos da pregação que eram importantes na antiga disciplina de ensino religioso? A maioria do parlamento teve uma resposta: dar aos alunos acesso a uma fé viva – na vida e morte – é uma tarefa da igreja, da congregação, da comunidade. Por isso, o parlamento decidiu contribuir para a igreja, com suporte econômico, com a finalidade de desenvolver o ensino, como o “ensino

de batismo”, tanto dentro da igreja luterana quanto em outras igrejas. Tanto em comunidades cristãs como em “Escolas de Curan.”

Nos grupos de professores que visitei, pareceu-me que essa nova disciplina – a “disciplina da escola”, que estava proporcionando conhecimento das diferentes religiões – funcionava bem e que os professores recebiam-na bem e estavam satisfeitos com a reforma, que foi chamada KRL (Kristendomskunnskap med religion og livssynskunnskap – Conhecimento cristão e com religião e conhecimento de conceito de vida). Os professores usam novos livros para o ensino e as crianças recebem livros com um tom mais atual, abrindo os universos religiosos de modos diferentes.

Mas a disciplina recebia resistência de forças conservadoras da igreja luterana, que pensavam que os alunos não aprendiam mais o cristianismo de modo satisfatório. Contudo, a resistência mais forte veio da Humanetisk Forbund e Islamsk råd (Conselho Islâmico com representantes das mesquitas e uniões). Eles entenderam que a disciplina tinha, em seu conteúdo, elementos contra a fé deles. De qualquer maneira, eles não apreciam o ensino religioso na escola, ou seja, fora da mesquita. Eles queriam dispensa desta disciplina para esses alunos, justificando que o ensino religioso deve ser de responsabilidade apenas dos pais. Foram à assembléia da ONU e pediram que a disciplina KRL fosse somente cristianismo e um pouco mais. Humanetisk Forbund e um grupo de pais processaram o Estado alegando que o ensino KRL era contra os direitos humanos. Eles perderam em todas as instâncias jurídicas na Noruega e depois apelaram para o Comitê da ONU para os direitos humanos e também para o Tribunal Europeu de direitos humanos em Strasburg.

A resposta do governo foi reformar e retirar do ensino os elementos de atividade religiosa, como pregações, hinos, leitura dos escritos sagrados. O professor teria de conferir com os pais sobre quais elementos poderiam ser retirados. Mas Humanetisk Forbund e o grupo de pais ainda não estavam satisfeitos.

O comitê de direitos humanos de ONU foi bastante crítico: levantou a possibilidade de ensinar essa disciplina de um modo objetivo e neutro e apontou que os documentos no parlamento tinham conteúdos de base cristã. O comitê foi crítico ao parágrafo principal da Educação norueguesa em relação à seguinte formulação: “em cooperação e compreensão com a família dos alunos sobre a educação cristã e moral.” O comitê também observou que no debate no parlamento, a comissão parlamentar de ensino disse que a disciplina não pode ser sem valores. O comitê pontua, ainda, as tensões dentro da própria disciplina e critica o sistema de dispensa, pois seria um peso para os pais realizar essa dispensa em cooperação com a escola. A conclusão foi que o sistema do ensino religioso, também nesse modo, seria uma ruptura do artigo 18(4).

Da perspectiva norueguesa é compreensível que a maioria do material de ensino religioso baseie-se na religião oficial da Noruega – luterana - porque é a religião da maioria. Mas seria possível para as minorias aceitar ter somente uma pequena parte do ensino e do material de textos, etc?

Sob a pressão da globalização e de culturas estrangeiras é natural que a Noruega tente se proteger, assim como proteger a sua cultura, que tem raízes profundas na história norueguesa. Por outro lado, as minorias também têm a sua cultura, que desejam preservar e defender.

Agora, em abril deste ano, o Tribunal de Conselho Europeu em Strasburg abrirá o “caso contra a Noruega”. Ninguém sabe ainda qual será o resultado.

Temos visto, portanto, que se trata de um dilema que não é fácil solucionar e que é importante discutir.